

14ª Edição - 2014

EXAME



C N A I



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

**Prova específica para atuação nas sociedades
supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados
(SUSEP)**

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 1/2014

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova específica para atuação nas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas, e as Folhas de Respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) CANDIDATO(A) DA SALA DE PROVA
SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) opções, e 2 (duas) questões dissertativas.

Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

1. **O regime de previdência privada de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social é facultativo. A instituição e a operação de planos de benefícios de caráter previdenciário concedidos em forma de renda continuada ou pagamento único, acessíveis a quaisquer pessoas físicas, são atividades:**
 - a) exclusivas das entidades abertas e fechadas de previdência complementar.
 - b) permitidas às entidades abertas de previdência complementar e, também, às sociedades seguradoras autorizadas a operar exclusivamente no ramo vida.
 - c) exclusivas das entidades abertas de previdência complementar, constituídas nos termos da Lei Complementar n.º 109, e autorizadas pela Susep para operar, exclusivamente, com essa atividade.
 - d) permitidas a qualquer sociedade seguradora autorizada a operar pela Susep.

2. **O Decreto-Lei n.º 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e, entre outros assuntos, trata da estipulação de seguros. Em relação ao “estipulante”, assinale a opção INCORRETA.**
 - a) O estipulante não pode acumular a condição de beneficiário do seguro.
 - b) Nos casos de seguros legalmente obrigatórios, o estipulante equipara-se ao segurado para os efeitos de contratação e manutenção do seguro.
 - c) Nos seguros facultativos, o estipulante é mandatário dos segurados.
 - d) Estipulante é a pessoa que contrata seguro por conta de terceiros.

3. **A regulação das operações de cosseguro, resseguro, retrocessão e intermediação é exercida pelo órgão regulador de seguros, conforme definido em lei e observadas as disposições da Lei Complementar nº 126/2007. Em relação às operações de cosseguro, assinale a opção CORRETA.**
 - a) Uma seguradora transfere risco para outra seguradora.
 - b) A operação deve envolver, pelo menos, 30% do risco assumido pelo cedente.
 - c) Duas ou mais seguradoras distribuem entre si, solidariamente, os riscos de determinada apólice.
 - d) É requerido que o segurado expresse sua anuência com a operação.

4. **O segurado deve expressar formalmente a sua concordância com a operação. O *International Accounting Standards Board* (IASB) vem trabalhando ao longo dos últimos anos no estabelecimento de um padrão abrangente para o tratamento**

contábil dos contratos de seguro. Diante das dificuldades encontradas, emitiu pronunciamento transitório, conhecido como IFRS 4 - Fase I. Uma das disposições deste pronunciamento define o que são contratos de seguro e quais as suas características. Para convergência das normas contábeis locais com essa norma internacional, o CFC emitiu a NBC TG 11. Considerando as definições contidas na mencionada norma, assinale a opção INCORRETA.

- a) Em alguns contratos de seguro, o evento segurado é um acontecimento que ocorre durante a vigência do contrato, mesmo que a perda resultante seja descoberta após o final do prazo do contrato.
- b) Alguns contratos de resseguro oferecem cobertura a seguradora direta contra o desenvolvimento adverso de sinistros já avisados pelos segurados. Nesses contratos, o evento segurado é a descoberta do custo final desses sinistros.
- c) Em alguns contratos de seguro, o evento segurado é a descoberta de uma perda durante a vigência do contrato, mesmo que a perda resulte de um acontecimento ocorrido antes do início do contrato.
- d) Contratos de seguro devem sempre prever que o pagamento da indenização deve ser feito em espécie. Contratos que exigem ou permitem pagamentos em bens ou serviços não são considerados “contratos de seguro”.

5. A Circular SUSEP nº 280/2004 trata do ambiente de controle, da avaliação de riscos, das atividades e dos procedimentos de controles, dos processos de informação e da comunicação e da monitoração. Ao levar em consideração as definições contidas na citada Circular assinale a opção INCORRETA.

- a) Atividades de controle são aquelas que garantem a identificação, a captura e a comunicação das informações necessárias ao gerenciamento da sociedade supervisionada.
- b) Monitoração é o processo que avalia a qualidade da performance do sistema ao longo do tempo, por meio de um acompanhamento contínuo das atividades, avaliações separadas, ou uma combinação dos dois.
- c) Ambiente de controle representa a cultura de controles da sociedade na qual as atividades de negócio são executadas, especialmente a postura da sociedade supervisionada e a consciência de controles das pessoas que a compõe.
- d) Avaliação de riscos é o processo de identificação e de análise dos riscos associados aos objetivos do negócio, tanto no âmbito da sociedade supervisionada quanto no dos processos.

6. A Seguradora Fort S.A. é uma sociedade de capital aberto, controladora da Fort Capitalização S.A. e da Fort Entidade Aberta de Previdência Complementar S.A., sociedades anônimas de capital fechado. A Seguradora Fort S.A. mantém um programa de remuneração dos seus executivos e, também, dos executivos de suas controladas, com base em ações de sua emissão. Dessa forma, os diretores de suas controladas recebem ações de emissão da Seguradora Fort S.A., ainda que não exerçam funções na Seguradora. Com base nas normas contábeis em

vigor, considerando que não é requerido o “repagamento” pelas controladas à controladora e que a transação é considerada como “pagamento baseado em ações liquidado em instrumentos patrimoniais”, como as controladas devem refletir o custo do programa em suas demonstrações separadas ou individuais?

- a) Os instrumentos patrimoniais devem ser reconhecidos no ativo em contrapartida a um passivo a pagar à controladora.
- b) Nenhum registro contábil é necessário, mas a controladora deve efetuar ampla divulgação dos efeitos patrimoniais que decorreriam, caso a transação fosse liquidada por caixa.
- c) As controladas devem mensurar o valor justo dos serviços recebidos de seus empregados e reconhecer o correspondente aumento de seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) de sua controladora.
- d) Como não há movimentação financeira nem alteração patrimonial, não há qualquer reflexo nas demonstrações individuais ou separadas das controladas.

7. ANBC TG 11 requer que a seguradora divulgue informações que auxiliem os usuários a entenderem a natureza e a extensão dos riscos originados por contratos de seguro. Entre tais informações, uma das mais relevantes se refere ao desenvolvimento de sinistros. Em relação a essa divulgação, assinale a opção INCORRETA.

- a) A seguradora não precisa divulgar essa informação para sinistros cuja incerteza sobre a tempestividade e o montante da indenização é, tipicamente, resolvida em um ano.
- b) As informações devem indicar a quantidade de sinistros por região geográfica onde os sinistros ocorreram, independentemente da região geográfica onde o seguro foi contratado.
- c) A divulgação deve retroceder ao período do sinistro material mais antigo para o qual haja incerteza sobre o montante e a tempestividade do pagamento da indenização, mas não precisa retroagir mais que dez anos.
- d) As informações requeridas compreendem a comparação dos sinistros ocorridos com as estimativas prévias elaboradas pela Administração.

8. A Circular SUSEP nº 457/2012 define regras e procedimentos para realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP) para fins de elaboração das demonstrações contábeis a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais. Em relação às regras e aos procedimentos estabelecidos por esta Circular, assinale a opção CORRETA.

- a) O resultado do TAP será apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.
- b) Os prêmios e contribuições futuras consideradas deverão ser segregadas dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, podendo haver compensação, no resultado do TAP, entre esses dois fluxos.

- c) O saldo contábil das provisões técnicas não deverá ser acrescido do valor do efeito monetário do resultado da TAP para efeito de vinculação de ativos em cobertura, nos termos previstos na legislação específica.
- d) As estimativas correntes dos fluxos de caixa deverão ser apuradas considerando fluxos de caixa com periodicidade mínima anual.

9. As sociedades de capitalização são requeridas pela Susep a constituir Provisão Matemática para Capitalização (PMC). Em relação à PMC, assinale a opção CORRETA.

- a) Deve representar a diferença positiva entre o valor esperado dos sorteios a realizar e os valores arrecadados para sorteio.
- b) Deve ser constituída para fazer face aos prêmios a serem pagos nos sorteio e deve ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.
- c) Deve ser calculada com base na parcela dos valores arrecadados para capitalização.
- d) Deve ser constituída para fazer face aos resgates de títulos de capitalização não sorteados, devendo ser constituída com base em estimativa calculada pela experiência histórica com títulos de mesma característica.

10. As sociedades supervisionadas deverão encaminhar à Susep, para divulgação em seu sítio eletrônico, as demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com o previsto no Anexo I da Circular SUSEP n.º 483/14. Acerca desse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) As sociedades supervisionadas estão dispensadas da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.
- b) As demonstrações contábeis consolidadas deverão ser elaboradas com base em pronunciamentos plenamente convergentes com as normas contábeis internacionais, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela Susep.
- c) Aplicam-se às demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro os critérios de comparabilidade com os valores relativos ao final do exercício social precedente.
- d) As sociedades supervisionadas estão obrigadas à publicação de demonstrações contábeis consolidadas em conjunto com as demonstrações contábeis individuais.

11. A Circular SUSEP n.º 483/14, em seu Anexo I, trata dos registros contábeis relativos às operações decorrentes dos Consórcios DPVAT. Com base nessa regulamentação, assinale a opção INCORRETA.

- a) O registro das receitas e despesas pela Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT deverá ser sempre efetuado pelo valor bruto.
- b) Os prêmios repassados pela Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT às consorciadas deverão ser classificados como co-seguro aceito.

- c) Os repasses de receita e das recuperações de despesa transferidos pela Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT às seguradoras consorciadas deverão ser registrados em contas retificadoras correspondentes.
- d) Toda a movimentação financeira relativa à operação do seguro DPVAT deverá ser efetuada dentro da Seguradora Líder.

12. De acordo com Circular SUSEP nº 483/2014, as seguradoras devem divulgar anualmente demonstrações contábeis consolidadas elaboradas em consonância com os pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais emitidos pelo CPC e referendados pela SUSEP. A XYZ Entidade Aberta de Previdência Privada S.A. é uma controladora da Seguradora ZRB S.A. e encaminha à Susep demonstrações contábeis consolidadas. Quais das divulgações abaixo a XYZ deve fazer para estar em conformidade com os requerimentos da NBC TG 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas?

- a) Declaração, em quaisquer circunstâncias, de que todas as transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes.
- b) O nome da controladora direta e, se for diferente, o nome da controladora final. Se nem a controladora direta tampouco a controladora final elaborarem demonstrações contábeis consolidadas disponíveis para o público, deve ser divulgado o nome da controladora do nível seguinte da estrutura societária que produza essas demonstrações.
- c) O relacionamento entre partes relacionadas, quando existir controle, desde que tenha havido transações entre elas.
- d) Todas as opções estão corretas.

13. A Seguradora Forte S/A é uma seguradora autorizada a operar, exclusivamente, com seguros de vida. Em seu plano de negócios para o próximo período de 2 (dois) anos, sua administração estabeleceu como meta passar, também, a instituir e a operar planos de previdência privada, mas discute, neste momento, se será necessário constituir uma entidade jurídica separada para isso. Considerando a legislação e regulamentação em vigor, assinale a opção CORRETA.

- a) Será necessário constituir uma entidade separada na forma de sociedade civil.
- b) Será necessário constituir uma entidade fechada de previdência complementar, já que, nos termos da Lei Complementar nº 109/2001, a instituição e a operação de planos de benefícios de caráter previdenciário é atividade exclusiva de entidades fechadas de previdência complementar.
- c) Será necessário constituir uma entidade separada, na forma de sociedade anônima, já que, nos termos da Lei Complementar nº 109/2001, a instituição e a operação de planos de benefícios de caráter previdenciário é atividade exclusiva e única dessas entidades.

- d) Não será necessário constituir uma entidade separada, já que a Seguradora opera, exclusivamente, com seguro de vida.

14. De acordo com a Resolução CNSP n.º 168/2007, os contratos de resseguro, automáticos ou facultativos:

- a) não poderão prever cláusula de controle de sinistro a favor do ressegurador, em qualquer hipótese.
- b) poderão prever cláusula de controle de sinistro a favor do ressegurador local, quando este detiver maior cota de participação proporcional no risco.
- c) poderão prever cláusula de controle de sinistro a favor do ressegurador local, independentemente de sua cota de participação proporcional no risco.
- d) deverão prever cláusula de controle de sinistro a favor do ressegurador local, quando este detiver maior cota de participação proporcional no risco.

15. Com relação as operações de resseguro, assinale a opção CORRETA.

- a) No resseguro não proporcional, a companhia cedente e o ressegurador estipulam a forma como compartilharão os sinistros, sem nenhuma relação com o compartilhamento dos prêmios originais.
- b) O resseguro não proporcional é facultativo, mas o resseguro proporcional é obrigatório para todas as apólices com importância segurada superior a R\$15.000.000,00 (valor vigente para os exercícios de 2013 e 2014) ou que represente 1% ou mais do seu patrimônio líquido ajustado, entre eles o menor.
- c) No resseguro proporcional, a companhia cedente compartilha com o ressegurador os sinistros ocorridos no período de vigência das apólices (as quais são identificadas no contrato de resseguro pelo seu número e data de emissão). O prêmio de resseguro não guarda qualquer relação com os prêmios cobrados pela companhia cedente, sendo livremente pactuado pela cedente com o ressegurador ou corretor de resseguro.
- d) Todas as opções estão corretas.

16. NÃO é vedado às sociedades supervisionadas pela Susep:

- a) realizar operações de venda de opção a descoberto.
- b) realizar quaisquer operações comerciais, financeiras ou imobiliárias com seus administradores, membros dos conselhos estatutários e respectivos cônjuges ou companheiros e parentes até o segundo grau.

- c) realizar operações com derivativos, sob qualquer modalidade ou forma.
- d) prestar fiança ou aval.

17. A Circular SUSEP n.º 462/2013 trata da constituição de provisões técnicas pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores locais. Acerca dos termos dessa Circular, assinale a opção INCORRETA.

- a) A sociedade supervisionada pode encaminhar à Susep solicitação para a utilização de método próprio, mas apenas nos casos em que a Susep venha a determinar a utilização de método específico para o cálculo de provisão técnica.
- b) A sociedade supervisionada pode constituir outras provisões, além das especificadas na Circular SUSEP n.º 462/2013, independentemente de prévia autorização da Susep, desde que sua necessidade esteja comprovada em Nota Técnica Atuarial, devidamente assinada pelo Diretor Técnico da sociedade.
- c) A Susep pode, a qualquer tempo, determinar a utilização de método específico para o cálculo de provisão técnica da sociedade supervisionada.
- d) Ainda que a Circular SUSEP n.º 462/2013 disponha sobre a forma de cálculo e os procedimentos para a constituição das provisões técnicas, a sociedade supervisionada deve manter nota técnica atuarial, contendo detalhamento da metodologia de cálculo utilizada para cada provisão técnica requerida.

18. A regulamentação divulgada pela Susep determina que as sociedades seguradoras e as entidades abertas de previdência complementar constituam a provisão de prêmios não ganhos (PPNG). Em relação à PPNG, assinale a opção CORRETA.

- a) A PPNG deve ter por base de cálculo o valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito e líquido das operações de resseguro cedido e da parcela do prêmio definida como receita destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação.
- b) A PPNG não deve contemplar ajustes para variação cambial, já que se trata de um item não monetário.
- c) A PPNG destina-se a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos assumidos na data-base do cálculo.
- d) Nas entidades abertas de previdência complementar a PPNG deve ser constituída para a cobertura de benefícios decorrentes de planos ou produtos estruturados no regime financeiro de capitalização.

19. Acerca do VGBL e PGBL, assinale a opção INCORRETA.

- a) Tanto o VGBL quanto o PGBL proporcionam aos segurados ou participantes uma renda mensal ou pagamento único, após um período de acumulação de recursos.
- b) O VGBL é classificado como um plano de previdência complementar e o PGBL é classificado como seguro de pessoa.

- c) Uma das diferenças entre o VGBL e PGBL reside no tratamento tributário dispensado a um e outro.
- d) No caso do PGBL, os participantes que utilizam o modelo completo de declaração de ajuste anual do IRPF podem deduzir as contribuições no respectivo exercício, no limite de 12% de sua renda bruta anual.

20. A Resolução CNSP n.º 166/07 dispõe sobre os requisitos e procedimentos para constituição, autorização para funcionamento das sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. Com base nessa regulamentação, assinale a opção INCORRETA.

- a) A constituição e o funcionamento de sociedade seguradora, de capitalização e entidade aberta de previdência, complementar dependem de prévia e expressa autorização da Susep.
- b) Na constituição, a sociedade seguradora, de capitalização e entidade aberta de previdência complementar deve submeter-se à apresentação de plano de negócios e de definição dos padrões de governança corporativa à Susep.
- c) A sociedade seguradora, de capitalização e entidade aberta de previdência complementar, cuja criação foi autorizada por lei federal, não necessita de autorização prévia da Susep para sua constituição e para seu funcionamento.
- d) O início das atividades da sociedade deverá observar o prazo previsto no plano de negócios, podendo a Susep conceder, excepcionalmente, prorrogação do prazo.

21. No processo de constituição e funcionamento de sociedade seguradora, de capitalização e entidade aberta de previdência complementar deve ser informada à Susep a composição do grupo de controle da sociedade. De acordo com as normas do CNSP, as participações societárias diretas que impliquem controle das sociedades NÃO podem ser detidas por:

- a) pessoas físicas.
- b) entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados.
- c) quaisquer pessoas jurídicas que adotem padrões de governança corporativa estabelecidos pela Susep.
- d) Fundos de Investimentos em Participação (FIP) que tenham por objeto exclusivo a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Susep e cujas cotas sejam destinadas, exclusivamente, a Entidades Fechadas de Previdência Complementar e a entidades autorizadas a funcionar pela Susep.

22. De acordo com a Circular SUSEP n.º 485/14, para fins de constituição da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) para as sociedades seguradoras que não possuem base de dados suficientes para utilização de metodologia própria, deverá ser utilizado, como base de cálculo, o valor que resultar maior entre os

percentuais definidos no Anexo I-A desta Circular, aplicados sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de 12 (doze) meses, considerando o mês de constituição e os 11 (onze) meses anteriores. A Seguradora Forte apresenta as seguintes parcelas relativas a prêmios e sinistros no período de 12 (doze) meses:

Prêmios diretos de risco assumidos e emitidos	R\$160.000
Sinistros diretos	R\$48.000

Prêmios de cosseguros aceitos	R\$30.000
Sinistros de cosseguros aceitos	R\$60.000
Prêmios de cosseguros cedidos	R\$8.000
Sinistros de cosseguros cedidos	R\$22.000

Prêmios cancelados	R\$10.000
Prêmios restituídos	R\$12.000

Assinale a opção que apresenta o valor correto do prêmio-base do período:

- a) R\$138.000.
- b) R\$100.000.
- c) R\$148.000.
- d) R\$160.000.

23. De acordo com a Resolução CNSP n.º 302/13, o capital de risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação. Considerando os termos dessa Resolução, assinale a opção INCORRETA.

- a) As sociedades supervisionadas poderão encaminhar metodologia própria para apuração das parcelas do capital de risco.
- b) A Susep poderá, a qualquer tempo, estabelecer requisitos adicionais a serem observados pelas sociedades supervisionadas na elaboração de metodologias próprias.
- c) O capital mínimo requerido (CMR) será o equivalente à somatória do capital base e o capital de risco.
- d) Quando a insuficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR) for superior a 70% a sociedade supervisionada ficará sujeita a liquidação extrajudicial.

24. As sociedades seguradoras, nas operações com certos ramos de seguro, conseguem reduzir os custos com o pagamento de indenizações devidas em função da ocorrência de sinistros mediante assunção da propriedade e venda posterior dos

bens segurados sinistrados. Esses bens são conhecidos no jargão adotado pelo mercado de seguros como “salvados”. Assinale a alternativa que reflete a forma como os salvados são contabilizados, de acordo com a regulamentação divulgada pela Susep.

- a) É vedado que a Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados considere ajuste baseado em estimativa de recuperação de salvados.
- b) Os salvados não devem ser reconhecidos contabilmente até que sua posse física e propriedade, pela sociedade seguradora, estejam assegurados por documentação hábil, sendo vedado o seu reconhecimento com base em estimativas. Os salvados que já estejam de posse da sociedade seguradora aguardando a emissão de documentação hábil quanto a sua propriedade devem ser registrados em contas de compensação.
- c) Deve ser considerada, para fins de ajuste na Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) expectativa de recuperação de salvados relacionados a sinistros cuja indenização já tenha sido paga ao segurado, mas cujas tratativas para recuperação do salvado ainda estejam em andamento.
- d) A expectativa de recebimento de recursos em função da venda de salvados deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados na Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL).

25. De acordo com a Circular SUSEP n.º 462/13, as Sociedades de Capitalização devem constituir mensalmente provisões técnicas. Nos termos dessa Circular NÃO se aplica às Sociedades de Capitalização a:

- a) Provisão para Resgate (PR).
- b) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR).
- c) Provisão para Sorteios a Pagar (PSP).
- d) Provisão para Sorteios a Realizar (PSR).

26. As estimativas utilizadas na avaliação de passivos de seguros exigem elevado grau de julgamento da administração. Para a aceitação dessas estimativas, o auditor independente deverá exercer rigoroso julgamento das premissas utilizadas. Assinale a opção que NÃO corresponde a um procedimento de auditoria aplicável na avaliação dessas estimativas pelo auditor.

- a) Avaliar as diversas fontes de incertezas utilizadas pela administração para determinar os passivos que a sociedade seguradora irá liquidar.
- b) Verificar a utilização das fontes de informação, internas e externas disponíveis, bem como experiências passadas e indicadores.
- c) Conferir a exatidão dos cálculos matemáticos e atuariais.
- d) Garantir que os valores provisionados não difiram dos valores a serem efetivamente liquidados.

27. De acordo com a Circular SUSEP n.º 483/14, o fato gerador da receita para os produtos de risco NÃO é:

- a) a emissão da apólice.
- b) a emissão do certificado.
- c) a emissão do endosso.
- d) a vigência do risco para os casos em que o risco ocorrer após a emissão da apólice.

28. Considerando o estabelecido na Circular SUSEP n.º 483/14, assinale a opção INCORRETA.

- a) O registro contábil constitui elemento suficiente e comprobatório para a perfeita validade dos atos e fatos administrativos.
- b) As conciliações dos títulos contábeis com os respectivos controles analíticos deverão ser efetuadas mensalmente e mantidas atualizadas.
- c) A documentação comprobatória dos registros contábeis deverá ser arquivada por, pelo menos, 5 (cinco) anos.
- d) A contabilização será centralizada na sede da sociedade supervisionada, com observância das disposições previstas em Leis, Regulamentos, Resoluções do CNSP e Circulares da SUSEP.

29. De acordo com a Circular SUSEP n.º 249/04, o acompanhamento sistemático pela auditoria interna das atividades relacionadas com o sistema de controles internos deve ser objeto de relatório específico. Acerca desse relatório e levando em consideração os requisitos estabelecidos pela Circular, assinale a opção INCORRETA.

- a) Esses relatórios devem ser emitidos com periodicidade mínima de 6 (seis) meses.
- b) Os relatórios devem conter, necessariamente, as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento do respectivo cronograma de saneamento.
- c) As conclusões dos exames efetuados também devem constar dos relatórios.
- d) As conclusões e as recomendações devem ser submetidas à apreciação da Susep, a qual pode solicitar os registros relativos aos acompanhamentos no prazo de 5 (cinco) anos.

30. Levando em consideração o que requer a Circular SUSEP n.º 249/04, assinale a opção INCORRETA.

- a) Os controles internos, dependendo do porte da sociedade ou entidade, devem ser efetivos e consistentes.
- b) A atividade de auditoria interna, mesmo quando exercida por auditor independente, integra o sistema de controles internos.

- c) No caso da atividade de auditoria interna ser exercida por unidade própria, esta deve estar diretamente subordinada ao Conselho de Administração ou, na falta deste, à diretoria da Entidade.
- d) A atividade de auditoria interna não poderá ser exercida por auditor independente, responsável pela auditoria das demonstrações contábeis.

31. De acordo com a NBC TG 11 – Contratos de Seguros, com relação às características de modelos contábeis, em contratos de seguros adquiridos em combinação de negócios ou transferência de carteira, em que ganhos ou perdas realizados no ativo da seguradora têm efeito direto na mensuração de alguns ou de todos os seus passivos por contrato de seguro (shadow accounting), assinale a opção CORRETA.

- a) É exigido da seguradora utilizar uma apresentação expandida que divida o valor justo dos contratos de seguro adquiridos em dois componentes.
- b) Ativo intangível representa a diferença entre o valor justo dos direitos por contratos de seguro adquiridos e obrigações por contrato de seguro assumidas, e o montante obtido pelo passivo mensurado de acordo com as políticas contábeis para os contratos de seguros emitidos pela seguradora. A mensuração subsequente desse ativo deve ser consistente com a mensuração do passivo por contrato de seguro relacionado.
- c) O passivo sempre deve ser mensurado utilizando o valor do custo de aquisição, de acordo com as políticas contábeis para os contratos de seguro emitidos pela seguradora.
- d) A seguradora não deve, na data de aquisição, mensurar a valor justo os passivos por contrato de seguro assumidos e os ativos por contratos de seguro adquiridos em uma combinação de negócios.

32. As entidades supervisionadas pela Susep devem desenvolver e implementar, na forma da lei e da regulamentação vigentes, procedimentos de controles internos relacionados à lavagem de dinheiro. Acerca dos procedimentos mínimos de controle interno, referidos na Circular SUSEP n.º 445/12, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I) Um dos procedimentos é o estabelecimento de uma política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo, que inclua diretrizes sobre avaliação de riscos na subscrição de operações, na contratação de terceiros ou outras partes relacionadas, no desenvolvimento de produtos, nas negociações privadas e nas operações com ativos.
- II) Um dos procedimentos é a elaboração de critérios e implementação de procedimentos de identificação de clientes, beneficiários, terceiros e outras partes relacionadas, e de manutenção de registros referentes a produtos e procedimentos expostos ao risco de servirem à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo.
- III) Um dos procedimentos é a elaboração e execução de programa anual de auditoria interna que verifique o cumprimento dos procedimentos desta Circular, em todos os seus aspectos, podendo tal verificação, a critério da Susep, ser conduzida pelo seu departamento de auditoria interna ou por auditores independentes.

IV) Um dos procedimentos é que, com relação aos corretores, se aplicam, obrigatoriamente, as disposições dos itens I e II quando seu faturamento anual, no exercício precedente, ultrapassar R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

A sequência correta é:

- a) V, V, V, F.
- b) V, V, F, F.
- c) V, V, V, V.
- d) F, F, F, F.

33. A Entidade ABC calculou o valor recuperável de seu ativo imobilizado e constatou a existência de imparidade a ser reconhecida, com base no fluxo de caixa descontado. Ao realizar os testes no cálculo do valor recuperável, o auditor independente constatou que a taxa utilizada para descontar o fluxo de caixa era maior que a recomendada para as circunstâncias. Com base no enunciado, pode-se afirmar que:

- a) o ativo imobilizado está subavaliado.
- b) o ajuste no resultado do exercício está subavaliado.
- c) o ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido está subavaliado.
- d) a depreciação acumulada do imobilizado está superavaliada.

34. A Seguradora XYZ ajustou seu patrimônio líquido pelas adições e exclusões previstas nas normas específicas e apurou um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) insuficiente em 30% em relação ao capital mínimo requerido. Em consequência, deverá apresentar à Susep o:

- a) Plano de Regularização de Solvência (PRS) para recomposição da situação de solvência.
- b) Plano de Regime Especial (PRE) para acompanhamento circunstanciado da Susep.
- c) Plano de Estruturação de Capital (PEC) visando recompor o capital mínimo.
- d) Plano Corretivo de Solvência (PCS) para correção dos problemas que a levaram a essa condição.

35. Qual das situações a seguir NÃO se configura como hipótese de impedimento ou incompatibilidade para prestação do serviço de auditoria independente em sociedades supervisionadas pela Susep?

- a) Planejamento tributário e auditoria interna.
- b) Determinação de valores para efeito de constituição de provisões técnicas que sejam utilizadas como base para registros contábeis.

- c) Avaliação do patrimônio líquido a valor contábil, inclusive em controladas, coligadas ou equiparadas a coligadas.
- d) Avaliação patrimonial e reavaliação de ativo imobilizado que venha ser usado como base para registro contábil.

36. Devem constituir órgão estatutário, denominado Comitê de Auditoria, as sociedades seguradoras que tenham apresentado no encerramento dos dois últimos exercícios sociais Provisões Técnicas em montante igual ou superior a R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais). Assinale a opção que apresenta a condição NÃO requerida para fins da extinção do Comitê de Auditoria.

- a) Obtenção de prévia autorização da Susep.
- b) A sociedade seguradora apresentar PLA inferior a R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).
- c) Cumprimento das atribuições relativamente aos exercícios em que foi exigido o seu funcionamento do Comitê.
- d) Substituição do Comitê de Auditoria por um diretor especialmente indicado para cumprir as atribuições do extinto comitê.

37. As sociedades supervisionadas deverão solicitar ao auditor independente que produza como resultado do trabalho de auditoria determinados relatórios circunstanciados. Qual dos relatórios circunstanciados apresentados nas opções a seguir NÃO é requerido pela Susep?

- a) Relatório sobre a política de capitalização, manutenção de capital mínimo e constituição das provisões técnicas.
- b) Relatório sobre a adequação dos procedimentos contábeis e das práticas de divulgação de informações nas demonstrações contábeis.
- c) Relatório sobre o descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenha, ou possa vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações contábeis ou na continuidade das operações da sociedade supervisionada auditada.
- d) Relatório sobre a adequação dos controles internos aos riscos suportados pela sociedade supervisionada, destacando as deficiências encontradas.

38. Nos contratos automáticos de resseguro proporcional, é INCORRETO dizer que os prêmios de resseguros devem ser contabilizados:

- a) por cedente na resseguradora e por contrato na cedente.
- b) por contrato na resseguradora e por resseguradora na cedente.
- c) por contrato e grupo de ramos na resseguradora e por apólice na cedente.
- d) por apólice na resseguradora e por grupo de ramos na cedente.

39. A Susep, ao emitir orientação sobre o registro contábil dos prêmios de resseguro, procurou esclarecer aspectos não claramente abordados pela regulamentação. Considerando as orientações divulgadas, assinale a opção INCORRETA:

- a) o *Estimated Premium Income* (EPI) corresponde a uma estimativa dos prêmios de resseguro totais, que serão, em parte, cedidos pela cedente ao ressegurador, em contratos da modalidade proporcional.
- b) o ressegurador local poderá se utilizar de um fator de corte a ser aplicado ao EPI. Esse fator de corte corresponde a uma ponderação estatística, geralmente menor que 1 (um), utilizada pelos resseguradores para ajustar o EPI informado pela cedente.
- c) é vedado ao ressegurador local utilizar qualquer fator de corte ou outro ajuste, sob qualquer denominação, sobre o EPI informado pela cedente.
- d) o ajustamento do EPI deve ser realizado posteriormente à emissão dos prêmios, com base no prêmio efetivamente emitido pela cedente no período em referência. Em regra, não será permitida a reavaliação das estimativas para os próximos meses, exceto quando houver mudança contratual, devidamente formalizada, que altere as estimativas de prêmios inicialmente previstas.

40. Para o adequado registro dos prêmios de resseguro é relevante considerar certos conceitos. Em relação aos contratos de resseguro não proporcionais, assinale a opção INCORRETA.

- a) Prêmio Mínimo (PM) é o prêmio a ser pago pela cedente ao ressegurador, independentemente do cumprimento da exposição prevista.
- b) Prêmio de Ajuste (PA) é o prêmio a ser pago, geralmente ao final do contrato, aplicando-se uma taxa de ajuste, previamente estabelecida, ao volume de exposição efetivamente realizado pela cedente, deduzindo-se o Prêmio Depósito e observando-se o Prêmio Mínimo.
- c) Prêmio de Reintegração (PR) é o prêmio a ser pago para que a cobertura do contrato volte a ser estabelecida após a ocorrência de um sinistro.
- d) Prêmio Depósito (PD) é o prêmio, geralmente maior que o Prêmio Mínimo, que tem por objetivo assegurar que a cedente cumprirá com suas obrigações de pagamento do prêmio ao ressegurador.

41. Tomando por base as normas e orientações divulgadas pela Susep, assinale a opção INCORRETA.

- a) É vedado ao ressegurador efetuar qualquer tipo de pagamento à cedente, seja sob a denominação de comissão, participação nos lucros ou qualquer outro título ou denominação, devendo qualquer abatimento ser considerado no cálculo do prêmio de resseguro.
- b) O contrato de resseguro pode prever uma bonificação de comissão escalonada que varia de acordo com o resultado do contrato.

- c) O contrato de resseguro poderá prever o pagamento de valor referente a participações nos resultados.
- d) Há, geralmente, nos contratos de resseguro, cláusula de compensação de déficit em que, para efeitos contratuais, o prejuízo de um período pode ser compensado com prejuízos futuros.

42. Tomando por base as normas e orientações divulgadas pela Susep, assinale a opção CORRETA.

- a) Devido às particularidades da operação de resseguro, foi definido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do registro do crédito em “Sinistros Pagos” para a constituição de redução ao valor recuperável.
- b) Os ativos e passivos devem ser segregados em circulante e não circulante, com base em revisões semestrais no caso de ativos e passivos com vencimento. Os ativos sem vencimento definido devem ser classificados como “não circulante”, e os passivos sem vencimento definido devem ser classificados como “circulante”, conforme preconiza o princípio do conservadorismo.
- c) É vedado o oferecimento como ativo garantidor de depósito judicial relativo a sinistro objeto de discussão judicial.
- d) É admitido o registro, no ativo, de valor correspondente a expectativa de recuperação de salvados, desde que o valor seja calculado por método atuarial, tomando por base a experiência histórica comprovada e documentada em estudos que ficarão à disposição da Susep e dos auditores independentes.

43. Para o exercício da função de auditor independente, é imprescindível manter-se atualizado por meio de um programa de educação profissional continuada. Os organismos profissionais e os reguladores estabeleceram requisitos sobre esse programa. Acerca desses requisitos é INCORRETO dizer que:

- a) os auditores independentes, para cumprir o item 10 da NBC PA 12 - Educação Profissional Continuada, deverão realizar, a partir de 1º de janeiro de 2014, o mínimo de 10 (dez) pontos anuais em educação profissional continuada relacionada a atividades específicas relativas à auditoria independente das sociedades supervisionadas.
- b) a manutenção da habilitação dos auditores independentes para exercerem suas atividades de auditoria nas sociedades supervisionadas pela Susep depende, exclusivamente, da comprovação do cumprimento dos requisitos pertinentes à educação profissional continuada, conforme previsto na NBC PA 12 - Educação Profissional Continuada.
- c) o exame de certificação do auditor independente, previsto na NBC PA 13, que trata de prestação de auditoria independente, restringe-se exclusivamente à primeira habilitação, devendo ser acompanhado de processo de educação continuada, nos termos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

- d) a manutenção da habilitação dos auditores independentes, para exercerem suas atividades de auditoria nas sociedades supervisionadas pela Susep, é comprovada com o exercício das funções de auditoria independente nessas sociedades e com o cumprimento dos requisitos pertinentes à educação profissional continuada.

44. Nos termos das normas contábeis divulgadas pela Susep, assinale a opção INCORRETA.

- a) As sociedades supervisionadas que não apresentarem a demonstração do resultado abrangente, por não possuírem outros resultados abrangentes no período, devem destacar esse fato em suas demonstrações contábeis.
- b) A parcela de dividendo, proposta pelos órgãos da administração à assembleia de sócios, que exceda o dividendo mínimo obrigatório deverá ser mantida no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva pelos sócios.
- c) As demonstrações contábeis registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia geral de acionistas.
- d) As sociedades supervisionadas deverão publicar, no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação, suas demonstrações contábeis completas para o semestre findo em 30 de junho e para o exercício findo em 31 de dezembro de cada ano.

45. De acordo com as normas e orientações divulgadas pela Susep, assinale a opção CORRETA.

- a) No caso de cancelamento da apólice de seguro, assim como nos casos de devolução do prêmio, deve o corretor ou a sociedade corretora restituir a comissão recebida à seguradora, proporcionalmente ao valor devolvido ou não recebido pela seguradora.
- b) Apenas nos casos de cancelamento da apólice de seguro deve o corretor ou a sociedade corretora restituir a comissão recebida à seguradora, proporcionalmente ao período a decorrer até o final da vigência do seguro, não cabendo a restituição em caso de devolução do prêmio.
- c) A comissão de seguro corresponde à remuneração do corretor pela venda do seguro. Uma vez realizada a venda e emitida a correspondente apólice de seguro, o corretor não é responsável pela boa e total liquidação financeira do prêmio, razão pela qual não fica obrigado à devolução da corretagem em qualquer hipótese e por qualquer valor.
- d) A devolução do prêmio de seguro em função do cancelamento da apólice só é requerida quando o valor da comissão recebida pelo corretor constar expressamente da apólice ou bilhete de seguro.

46. Por meio da Resolução n.º 297/2013, o CNSP disciplinou as operações das sociedades seguradoras por intermédio de seus representantes de seguros, pessoas jurídicas. Em relação às normas que disciplinam essa atividade, assinale a opção CORRETA.

- a) Considera-se representante de seguros a pessoa física ou jurídica responsável por promover, em caráter eventual ou não eventual, desde que sem vínculos de dependência, a realização de contratos de seguro por conta e ordem da sociedade seguradora.
- b) A relação entre o representante de seguros e o proponente, segurado ou beneficiário, deverá ser intermediada por corretor de seguros ou seu preposto.
- c) A sociedade seguradora deverá adequar o sistema de controles internos e a auditoria interna com o objetivo de monitorar as atividades de atendimento aos segurados ou seus beneficiários, realizadas por intermédio de seus representantes de seguros, compatibilizando-os com a abrangência e a complexidade dos serviços prestados.
- d) O representante de seguros poderá atuar como corretor de seguros.

47. A Seguradora Forte contratou com a Resseguradora ABC um resseguro do tipo proporcional para a sua carteira de seguro de incêndio, com vigência de 12 (doze) meses, a iniciar-se em 15 de março de 2014. Nos 12 (doze) meses anteriores à data do contrato, a Seguradora Forte emitiu, em média, 150 (cento e cinquenta) apólices por mês e espera que essa média cresça 10% no período coberto pelo contrato de resseguro. Dadas as características dos clientes da Seguradora Forte, o maior volume de contratações ocorre, em geral, entre os meses de julho e novembro. Nessas circunstâncias, assinale a opção INCORRETA.

- a) A Resseguradora ABC deve reconhecer os prêmios pelo valor estimado informado pela Seguradora Forte.
- b) O prêmio estimado e informado pela Seguradora Forte deve ser apropriado pela Resseguradora ABC linearmente pelo período de 12 (doze) meses de vigência do contrato.
- c) A Resseguradora ABC pode utilizar estimativas de sazonalidade para a determinação dos valores de prêmio a serem apropriados a cada mês.
- d) Os prêmios de resseguro gerados pelo contrato firmado entre a Seguradora Forte e a Resseguradora ABC serão apropriados aos resultados da resseguradora por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do momento da aceitação do contrato.

48. A distribuição de lucros nas Sociedades Seguradoras constituídas sob a forma de sociedades por ações está prevista na Lei n.º 6.404/76 e suas alterações, bem como na Circular SUSEP n.º 483/14. De acordo com o previsto nesses diplomas legais, assinale a opção INCORRETA.

- a) As demonstrações contábeis registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral.
- b) O dividendo mínimo obrigatório, que se caracteriza efetivamente como uma obrigação legal ou estatutária, deverá figurar no passivo.
- c) A parcela de dividendo, proposta pelos órgãos da administração à assembleia de sócios, ainda que exceda o dividendo mínimo obrigatório, deverá figurar no passivo.
- d) Os lucros do exercício não destinados para reservas ou distribuição de dividendos, previstos nos artigos de 193 a 197 da Lei n.º 6.404/76, deverão ser distribuídos como dividendos.

49. Os créditos tributários do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro decorrentes de prejuízos fiscais ou bases de cálculo negativas, respectivamente, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias devem ser adequadamente reconhecidos, de acordo com o previsto na Circular SUSEP n.º 483/14. Acerca desse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) O auditor independente da sociedade supervisionada é responsável pelo estabelecimento das premissas utilizadas, por ocasião do levantamento das demonstrações financeiras, sobre as possibilidades de realização dos referidos créditos.
- b) O valor dos créditos será calculado pela alíquota básica, a menos que seja elevada a possibilidade de realizar a recuperação dos créditos por alíquota que inclua o percentual adicional à alíquota básica.
- c) O valor dos créditos deverá ser calculado com base nas alíquotas vigentes à época da elaboração das demonstrações financeiras e ajustado sempre que as alíquotas sofrerem modificações.
- d) Na hipótese de existência de dúvida razoável em relação às possibilidades de recuperação dos referidos créditos, deverá ser constituída provisão para ajuste aos seus valores prováveis de realização.

50. As seguradoras e entidades de previdência privada são requeridas a constituir provisões técnicas para refletir obrigações decorrentes de suas operações. O CNSP e a Susep estabelecem normas que padronizam a denominação dessas provisões segundo as obrigações a que estão relacionadas e regras que orientam a formulação e o cálculo de seus valores. Levando em consideração essas normas e regras assinale a opção CORRETA.

- a) A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) deve ser constituída após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados.
- b) A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) deve ser constituída, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados.
- c) A Provisão para Insuficiência de Prêmios (PIP) e a Provisão para Insuficiência de Contribuições (PIC) devem ser constituídas pelas sociedades seguradoras ou entidades abertas de previdência complementar, respectivamente, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos.
- d) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) deve ser constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. Nos planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão deve abranger todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos e a ocorrer. Nos planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a provisão deve abranger todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 51. A NBC TA 620 trata de situações em que o auditor se defronta com a necessidade de conhecimentos específicos, não relacionados à contabilidade ou auditoria, para obter evidências suficientes e apropriadas de auditoria. A norma estabelece que, nessas situações, o auditor deve determinar se há necessidade de utilizar o trabalho de especialista, o qual é chamado de “especialista do auditor”.**

Discorra sobre a responsabilidade do auditor nas situações em que ele considera necessário utilizar o trabalho de especialista e quais os procedimentos específicos para avaliar a adequação do trabalho deste especialista, para fins de obtenção de evidências suficientes e apropriadas de auditoria das demonstrações contábeis. Mencione duas situações em que pode ser necessário utilizar trabalhos de especialistas em auditoria de sociedades supervisionadas pela Susep.

- 52. A determinação de materialidade pelo auditor independente é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção do auditor das necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis.**

Discorra sobre a determinação da materialidade pelo auditor independente na fase de planejamento da auditoria e para execução da auditoria.

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

